

TÍTULO

Acessibilidade Ambiental como campo de pesquisa da Terapia Ocupacional: uma
revisão integrativa da literatura.

TITLE

Environmental accessibility how search field of Occupational Therapy:
An integrative review of the literature.

TÍTULO

Acessibilidade Ambiental como campo de pesquisa da Terapia Ocupacional: uma
revisão integrativa da literatura.

TITLE

Environmental accessibility how search field of Occupational Therapy:

An integrative review of the literature.

Autoria: Ana Caetana Siqueira Costa

Discente do curso de Terapia Ocupacional da Universidade de Brasília

Faculdade de Ceilândia

anacaetana.unb@gmail.com

Ana Cristina de Jesus Alves

Docente do curso de Terapia Ocupacional da Universidade de Brasília

Faculdade de Ceilândia

Doutora em Educação especial pela Universidade Federal de São Carlos

crisjalves@hotmail.com

RESUMO

Objetivo: apresentar as evidências produzidas e publicadas em periódicos indexados das bases de dados referentes à acessibilidade ambiental como área de pesquisa da Terapia Ocupacional (T.O). Método: revisão integrativa da literatura sobre o tema acessibilidade ambiental como campo de estudo da Terapia Ocupacional no contexto brasileiro nos periódicos indexados de T.O e no Lilacs. Os descritores utilizados foram: tecnologia assistiva, barreiras arquitetônicas e acessibilidade isolados e combinados entre si publicados nos anos de 2005 à 2015 no idioma português. Resultados: 05 estudos foram encontrados, os quais focaram a análise de ambiente físico como escola, transporte público, agência bancárias e a percepção dos usuários e dos profissionais que trabalham nos serviços pesquisados. Os estudos levantaram demandas, sugerindo modificações e adaptações para tornar o ambiente mais acessível. Conclusão: O estudo aponta para a necessidade de mais investimentos da profissão em estudos na área.

Palavras-chaves: Acessibilidade, Barreiras Arquitetônicas, Tecnologia Assistiva, Terapia ocupacional.

ABSTRACT

Objective: to present the evidence produced and published in journals indexed databases related to environmental accessibility as a research field of Occupational Therapy (OT). Method: integrative literature review on the topic environmental accessibility as Occupational Therapy field of study in the Brazilian context in indexed journals of TO and Lilacs. The descriptors used were: assistive technology, architectural barriers and accessibility isolated and combined published in the years 2005 to 2015 in the Portuguese language. Results: 05 studies were found, which focused on the physical environment analysis as school, public transport, banking agency and the perception of users and professionals working in the surveyed services. Studies have raised demands, suggesting modifications and adjustments to make the environment more accessible. Conclusion: The study points to the need for more investments in the profession studies in the area.

Keywords: Accessibility, Architectural Barriers, Assistive Technology, Occupational Therapy.

INTRODUÇÃO

Segundo Godoy (2000), todos os seres humanos, incluindo os que apresentam alguma limitação ou deficiência, tem por direito acesso à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho.

A Convenção da pessoa com Deficiência, criado pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNPD em 2010, traduzida para o Brasil em 2012, refere que pessoas com deficiência são aquelas que apresentam comprometimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a longo prazo. O documento aponta que, quando estes indivíduos estão em interação com diversas barreiras limitantes, estas podem impedir sua participação total e efetiva na comunidade.

Em 2009, o Decreto nº 6.949, de 25 de Agosto, promulgado pela Convenção da pessoa com deficiência, rege alguns princípios, hoje presentes na Convenção, como: o respeito à dignidade, autonomia e liberdade de fazer escolhas e a independência das pessoas consideradas com deficiência; a não discriminação; a participação total, efetiva e inclusiva na sociedade; a diversidade humana com aceitação e respeito pela deficiência; a igualdade de oportunidades e gêneros; a acessibilidade e respeito ao desenvolvimento das capacidades de criança com deficiência e pela preservação da identidade infantil. (Brasil, Decreto nº 6.949. 25 de Agosto de 2009).

Godoy (2000) refere que, para assegurar o direito à acessibilidade à todos os cidadãos, deve-se oferecer acesso aos ambientes como as edificações, mobiliários, os equipamentos urbanos, os transportes e meios de comunicação, com segurança, independência e autonomia, para que todos possam exercer seus direitos e a participação.

Neste sentido, a tecnologia pode assumir um papel importante para minimizar os efeitos causados pelas barreiras arquitetônicas e limitações encontradas no meio urbano por essa população que apresenta limitação ou deficiência.

O comitê de ajudas técnicas (CAT) da secretaria de direitos humanos da presidência da república define:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica indisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (COMITÊ DE AJUDAS É TECNICAS, 2007).

De acordo com Oliveira (2010), a acessibilidade e tecnologia assistiva apresentam como objetivo a facilitação da mobilidade das pessoas com deficiência, aumentar a autonomia

e independência da população que apresenta algum comprometimento que impeça sua participação efetiva.

No Brasil, o governo Federal por intermédio da Secretaria dos direitos da pessoa com deficiência e Secretaria de direitos humanos da presidência da república propõe oferecer e dar suporte à população que apresenta alguma limitação ou deficiência e propiciar oportunidades de educação, trabalho e saúde (OLIVEIRA, 2012).

Assim, como exemplo pode-se citar o Plano Viver Sem Limite, elaborado pelo governo brasileiro com participação de 15 ministérios na execução das ações, seguindo os eixos de ações voltadas à educação, inclusão, acessibilidade e atenção à saúde. Nesse plano, entre as ações descritas, há como proposta em relação à acessibilidade, o incentivo à aquisição de dispositivos de TA. O plano prevê facilidades de financiamento para aquisição de equipamentos ou dispositivos de Tecnologia Assistiva e financiamento voltados para facilitar a acessibilidade ambiental como o plano Minha Casa e Minha Vida II que fornecem financiamento para moradias adaptadas e kits de adaptação, além de criação de Centros Cães-Guia para treinar instrutores e treinar cães; concessão de créditos para Programa Nacional de Inovação em T.A. ; Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva; Microcrédito e Desoneração Tributária (BRASIL, 2013).

Considerando-se a acessibilidade como uma área da TA, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência define:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015).

Assim, “pensar a mobilidade urbana é, portanto, pensar sobre como organizar os usos e a ocupação da cidade e a melhor forma de garantir o acesso das pessoas e aos bens que a cidade oferece, e não apenas pensar os meios de transporte e trânsito” (SANTO; VAZ, 2005).

Assim, é preciso destacar a importância da inclusão na acessibilidade urbana e tornar o acesso urbano igual para todos, com as rampas, calçadas mais largas, sinalização nas calçadas, sinaleira para pedestres, entre outros descritos na norma técnica vigente (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015).

Considerando-se as demandas da população que apresenta alguma limitação ou deficiência e as barreiras arquitetônicas no meio urbano, algumas profissões estudam formas para adaptar o meio e aumentar a independência da população que apresenta limitação.

Entre elas, a Terapia Ocupacional tem como objetivos: “promover, desenvolver, restaurar e manter habilidades necessárias para realizar atividades diárias a fim de evitar disfunção.” (CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL, 2013, p. 72). Portanto o profissional de terapia ocupacional propõe intervenções que possam contribuir com a realização de atividades que fazem parte do cotidiano do sujeito, a fim de promover a maior independência possível (AOTA, 2010).

O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO na sua Resolução N° 445 de 26 de abril de 2014, no seu 2º artigo, afirma que é de competência do Terapeuta Ocupacional utilizar a T.A. em seus atendimentos com objetivo de promover adaptações, criação de equipamentos, utilizar de sistemas, promoção de adequação de postura, ajustes e adequação para facilitar o desempenho das atividades de vida diária (AVD's) e atividades instrumentais de vida diária (AIVD's).

Segundo Golegã (2001), o terapeuta ocupacional tem a capacidade de desenvolvimento, indicação e aplicação da T.A. justificada pela sua capacidade de analisar a atividade explorando os potenciais do cliente no seu desempenho ocupacional.

No entanto, Pelosi (2010) refere sobre a importância do profissional de terapia ocupacional ter formação na área de T.A., adquirir conhecimentos teóricos e práticos acerca da metodologia, material, forma de avaliar, classificação, e produção de T.A. voltadas para dispositivos de acessibilidade.

Por fim, considerando importância dos dispositivos de T.A. na acessibilidade como um recurso terapêutico presente na prática dos terapeutas ocupacionais, e as contribuições da terapia ocupacional ao público que apresenta deficiência, o objetivo deste estudo será apresentar as pesquisas produzidas e disponíveis sobre a Acessibilidade ambiental no campo de estudo da Terapia Ocupacional no Brasil.

Como objetivo específico espera-se encontrar as principais áreas de investigação sobre acessibilidade e as contribuições trazidas pelos terapeutas ocupacionais nos estudos.

MÉTODO

Trata-se de uma Revisão Bibliográfica Integrativa, que tem o objetivo de analisar o conhecimento já descrito em pesquisas anteriores sobre o tema específico. A revisão integrativa tem a possibilidade de sintetizar vários tipos de pesquisas já publicadas, permitindo desenvolver novos conhecimentos baseados nos resultados dos estudos anteriores (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Botelho, Cunha e Macedo (2011) descrevem a revisão integrativa em 6 etapas. O trabalho seguirá as seis etapas descritas: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; estabelecer critérios para inclusão e exclusão de estudos buscados na literatura; definir as informações a serem utilizadas; realizar fichamento dos estudos incluídos na revisão integrativa; discutir os resultados e apresentar a revisão integrativa.

Assim, utilizou-se como questão norteadora da pesquisa: O que os terapeutas ocupacionais têm publicado sobre a Acessibilidade Ambiental na literatura de língua portuguesa?

A partir desta pergunta, foi realizada a busca nas duas revistas de terapia Ocupacional, sendo a Revista de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Paulo, Cadernos de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, as quais apresentam o Qualis B1, em 2015, que de acordo o website da Capes: Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação, tendo como resultado uma lista, segundo áreas de avaliação. O WebQualis apresenta, para cada área de conhecimento, um documento que descreve os critérios de classificação, tanto dos programas de pósgraduação quanto dos periódicos científicos e também na base de dados da Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde – Lilacs afim de ampliar a busca.

Foram utilizados os descritores: tecnologia assistiva, barreiras arquitetônicas e acessibilidade de forma isolada nos periódicos de Terapia Ocupacional já que, quando associados, nenhum estudo foi encontrado. Já para a pesquisa na base de dados Lilacs, os descritores foram combinados entre si buscando refinar a busca. Foram considerados os artigos publicados de Janeiro de 2005 até outubro de 2015 e no idioma português.

Como critérios de inclusão foram selecionados os artigos que abordassem a temática de acessibilidade ambiental e ter como primeiro autor o terapeuta ocupacional.

Foram excluídos os estudos que não estivessem disponíveis na íntegra ou que estivessem abordando os temas de acessibilidade digital, educacional, entre outros.

A seleção dos artigos foi realizada após leitura do título, resumo e leitura na íntegra. Posteriormente foi realizado fichamento com: título, autor, periódico, ano de publicação, objetivo do estudo e resultados encontrados.

RESULTADOS

No quadro 1 são apresentados os descritores utilizados e o número de artigos encontrados na busca em cada base de dados.

Quadro 1: Resultado da busca nos periódicos e base de dado.

Base de dados Descritor	Caderno TO UFSCAR	Revista TO USP	Lilacs
Tecnologia Assistiva	32	43	Não Realizada
Acessibilidade	14	42	Não Realizada
Barreiras Arquitetônicas	4	21	Não Realizada
T.A AND ACESSIBILIDADE	Não Realizada	Não Realizada	11
T.A AND Barreiras Arquitetônicas	Não Realizada	Não Realizada	0
Acessibilidade AND Barreiras Arquitetônicas	Não Realizada	Não Realizada	17
Total encontrado	50	104	28
Total selecionado	4	1	0

Foram encontrados um total de 182 artigos, dos quais 5 foram selecionados. Os demais foram excluídos, pois abordavam temas como acessibilidade educacional, aos serviços de saúde ou sistemas e tecnologias.

No quadro 2, segue os 5 artigos selecionados.

Quadro 2: Artigos seleccionados na revisão integrativa.

Título	Periódico/ Ano/Autor	Objetivo do Estudo	Resultados
Avaliação da acessibilidade em escolas municipais de Uberaba-MG	Caderno de TO UFSCAR, 2015. Soares, Cavalcanti, Dutra e Pereira.	Descrever a acessibilidade das escolas e identificar materiais adquiridos, adaptações e reformas implementadas, avaliando se as mudanças atendem à norma técnica de acessibilidade vigente.	A maioria das escolas apresentou problemas em quase todas os itens avaliados (calçada, circulação interna, esquadrias, banheiros, vestiários, piscinas, estacionamento, cinemas ou teatros, mobiliário escolar). As escolas avaliadas apresentam limitações quanto à acessibilidade, as barreiras físicas edificadas no ano passado não foram eliminadas e ainda são obstáculos a serem transpostos pelos alunos com necessidades especiais.

Vagas de estacionamento para pessoas com deficiência em agências bancárias.	Caderno de TO UFSCAR, 2015. Mazetto, Cavalcanti, Silva e Dutra.	Avaliar as vagas para pessoas com deficiências em agências bancárias, analisando se estão de acordo com a norma técnica vigente sobre acessibilidade.	Das 29 agências bancárias, apenas 9 possuíam vaga reservada para pessoa com deficiência e dessas 6 se encontravam adequadas.
Acessibilidade de em transporte coletivo urbano na perspectiva dos motoristas e cobradores.	Cadernos T.O UFSCAR, 2013, Cavalcanti, Alves, Vieira, Aramaki, Santana.	Descrever a acessibilidade do transporte coletivo urbano, na perspectiva do motorista condutor e do cobrador.	Os equipamentos (escada, rampas, elevador de cadeirante) foram relatados pela maioria dos sujeitos como inadequados, repercutindo numa acessibilidade ineficaz e todos os sujeitos referiram serem capacitados para a utilização dos equipamentos de acessibilidade dos veículos.
Avaliação da percepção sobre o ambiente de	Cadernos T.O UFSCAR.	Avaliar a percepção dos usuários sobre fatores ambientais que influenciam na circulação urbana. Proposição de um método que associe a	O estudo indica que a percepção das pessoas sobre o seu ambiente de circulação influencia diretamente o envolvimento em suas ocupações. Revela

circulação: a acessibilidade de centrada no usuário.	2013. Ferreira, Folha, Tobias.	avaliação da percepção do usuário tem relação ao ambiente de circulação em que vive, às suas características de funcionalidade e capacidade, e fatores ambientais. Avaliar a mobilidade urbana em suas ocupações cotidianas.	de que forma as mudanças nos grandes centros urbanos influenciam a acessibilidade e o envolvimento das pessoas em suas ocupações, interferindo diretamente na sua saúde, na qualidade do viver e na sua participação na sociedade.
A acessibilidade de arquitetônica interfere na usabilidade de indivíduos com mobilidade reduzida?	Revista de TO da USP. 2010. Salles, Guerra, Soki, Costa, Rezende.	Investigar, sob o ponto de vista dos usuários com mobilidade reduzida (MR), se as condições arquitetônicas interferem nas atividades e participação dos mesmos na Universidade. Também investigar a satisfação desses em relação ao suporte oferecido pela Universidade e suas sugestões de adequação.	Quanto a acessibilidade 73% dos indivíduos classificaram como tendo “Ótimas condições de acesso”. Isso refletiu a satisfação da maioria dos usuários neste aspecto, apesar do não atendimento integral às regras da ABN.

DISCUSSÃO

Com a busca nas bases de dados selecionadas foram encontrados apenas 5 estudos que abordem a Terapia Ocupacional e a Acessibilidade ambiental em um período de 10 anos de publicações. Assim, pode-se destacar uma lacuna no campo de estudo voltado sobre a temática.

Considera-se que este campo de pesquisa deveria ser mais explorado, visto que 23,9% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência segundo o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Além disso, existe crescente

investimentos como leis e programas voltados a assegurar o direito a acessibilidade (IBGE, 2010).

Além, disso a Convenção da Pessoa com Deficiência (2012) refere que os indivíduos que apresentam algum tipo de deficiência vivem em interação com várias barreiras limitantes o que impede a participação de forma efetiva e total na comunidade. Também, cita-se ainda o Plano Viver Sem Limites que é uma estratégia reforçar as ações voltadas à acessibilidade, garantindo o acesso da população com deficiência. Contudo, Soares (2015) e Mazetto, Cavalcanti e Dutra (2015), em seus estudos concluíram que a acessibilidade ambiental ainda é obstáculo a ser transpostos pela população que apresenta deficiência o que reforça a realidade encontrada na pesquisa.

Dos 5 estudos encontrados, os ambientes analisados foram escolas e transporte públicos e agências bancárias.

Dentre os resultados encontrados não foram encontrados estudos de acessibilidade ambiental em domicílio e de outros ambientes públicos e/ou privados, o que reforça a necessidade de realizar análises de outros ambientes considerando os parâmetros atuais da NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, de 2015.

Em dois estudos encontrados na revisão, os autores realizaram análise do ambiente segundo a Norma vigente, ou seja, a Norma Brasileira 9050 de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, de 2015.

Soares (2015) em seu estudo realizou análise de forma observacional de escolas e encontrou problemas de acessibilidade nas calçadas, esquadrias, circulação interna, banheiros, piscinas, estacionamento, cinema, ginásios, auditório, mobiliários escolares e em outros itens avaliados segundo a ABNT Norma Brasileira - NBR 14022/06.

Já Mazetto, Cavalcanti e Dutra (2015) em seu estudo, realizou a análise das agências bancárias de acordo com a norma vigente, analisando a sinalização, as vagas, rota acessível e outros elementos.

O autor concluiu que as agências analisadas ainda não segue os parâmetros impostos na norma, o que acaba por dificultar o acesso por parte da população que apresenta deficiência.

Mazetto, Cavalcanti e Dutra (2015) e Soares (2015) levantaram demandas acerca da acessibilidade e sugeriram possíveis modificações e adaptações a fim de promover a acessibilidade na escola e nas agências bancárias, na escola como construção de rampas e

colocação de sinalização no ambiente. Os autores reforçam a necessidade de estudos voltados para a temática visto que acessibilidade ainda é assunto em construção, que está assegurado por leis, como o direito de ir e vir, garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil desde 1988, que deve ser respeitado.

Em outro estudo encontrado Cavalcanti et al. (2013), descreve a percepção 100 cobradores e condutores de transporte público relatando que a maioria dos entrevistados referem que, no ônibus, a acessibilidade se encontra inadequada. Segundo a norma ABNT NBR 14022/06 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2006), os equipamentos de acessibilidade dos ônibus são: plataforma elevatória, rampa, área reservada (box) para cadeira de rodas e cão guia, dispositivos de segurança (cinto de segurança e sistema de travamento da cadeira de rodas, por exemplo) e dispositivos de sinalização, como a identidade visual do ônibus. Os participantes do estudo referiram que existem os equipamentos exigidos pela ABNT NBR 14022/06, porém esses equipamentos deveriam passar por manutenção, pois se encontram inadequados. Com este estudo, é possível inferir que a tecnologia assistiva pode favorecer as condições dos veículos de transporte coletivo de forma acessível desde que haja manutenção do dispositivo e treinamento das pessoas que farão uso ou intermediarão o uso da tecnologia.

Este achado corrobora com o estudo de Alves (2013) que ao propor a sistematização na indicação de T.A., apresentou o modelo conceitual específico para indicação de T.A., o *Matching Person and Technology*- MPT. Este propõe que, na indicação de dispositivos T.A. deve-se considerar não apenas aspectos relacionados ao equipamento, mas também a influência do meio em que o cliente está inserido, de suas necessidade e a predisposição individual do cliente ao uso do dispositivo.

Outro aspecto a considerar é que, quando o tema acessibilidade em ambientes urbanos é explorado, há uma tendência a focar os aspectos e elementos estruturais e não no usuário. Ferreira, Folha, Tobias (2013) também consideraram a percepção dos usuários sobre os fatores do ambiente que influenciam na circulação urbana. Os autores concluíram que as barreiras arquitetônicas interferem na funcionalidade e capacidade do deficiente, as quais estão relacionadas com as condições de saúde.

Com esses estudo é possível referir para a necessidade de dar voz aos indivíduos com deficiências e considerar o impacto dos fatores ambientais e o engajamento das pessoas nas suas ocupações, entender como essas ocupações podem ser desempenhadas, qual o impacto dos ambientes de circulação sobre a saúde e na qualidade do viver deles.

Neste sentido, Salles et al. (2010), também investigaram o ponto de vista de 26 usuários com mobilidade reduzida (MD) em relação as condições arquitetônicas na Universidade. No entanto, a pesquisa mostrou que as barreiras ambientais não trouxeram interferências nas atividades de participação dos mesmos. Os participantes utilizavam tecnologia assistivas como bengalas e aos espaços não atendiam integralmente às regras da ABNT porém, citaram que usaram estratégias como solicitar ajuda ou deixar de acessar o ambiente. Assim, os usuários apresentaram reivindicações acerca das condições de acessibilidade encontradas, como: a pavimentação asfáltica do estacionamento; a adequação do piso com antiderrapantes; a diminuição da inclinação da rampa para a piscina; a instalação de corrimão nas escadas; a construção de banheiros; a construção de rampas no estacionamento; o deslocamento dos caixas bancários; e a instalação de telefone público em altura acessível.

Vale ressaltar que, de acordo Fange e Iwarsson (2003), acessibilidade é um conceito relativo, e trata-se do encontro entre a funcionalidade, ou seja, um componente do indivíduo e as demandas do ambiente físico, ou seja, um componente ambiental. Pode ser dividida em diferentes níveis, como micro, que refere-se ao ambiente imediato, como a casa e suas proximidades; nível médio – refere-se à vizinhança, como ambientes externos públicos e facilidades públicas na comunidade local ou cidade; e nível macro – compreende a sociedade como um todo, toda a nação ou mundo (IWARSSON; STAHL, 2003). Desta forma, é importante considerar que esta revisão pode explorar apenas de uma pequena parte do que todo conceito de acessibilidade.

Ao estudarmos a acessibilidade ambiental, diferentes caminhos são apresentados no paradigma da inclusão social da pessoa com deficiência. Assim, faz-se necessários investimentos em mais estudos voltados às estratégias para promover acessibilidade garantida pela Constituição Federal.

Pode-se visualizar nos trabalhos encontrados, que os terapeutas ocupacionais vêm contribuindo na realização de análises ambientais, levantando demandas e possibilidades de intervenções para a participação efetiva e total dos deficientes na comunidade.

Embora se saiba que o campo de estudo da terapia ocupacional está em construção dentro da temática de acessibilidade ambiental, juntamente com a construção das leis e programas vigentes no país, vale ressaltar que ainda há poucas publicações, considerando que a profissão pode contribuir significativamente com a população que apresenta deficiência e limitações para acesso a espaços urbanos.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa atingiu os objetivos propostos e possibilitou apresentar um panorama sobre o campo de estudo da Terapia Ocupacional em relação à acessibilidade ambiental no Brasil, justificando a necessidade de mais investimentos da profissão e de estudos na área.

REFERÊNCIAS

AOTA. Carleto, S. G. D. S, et al. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo. **Rev. Triang.**: Ens. Pesq. Ext. Uberaba-MG, 2010.

ALVES, A. C. J. **Tecnologia Assistiva**: Identificação de modelos e proposição de um método de implementação de recurso. 2013. 145 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/9/TDE-2013-09-02T111515Z-5466/Publico/5320.pdf > Acesso em: 12 Nov. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf.> Acesso em: 19 Out. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf. Acesso em: 19 Out. 2015.

BRASIL, Decreto n° 6.949, 25 de Agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União. Brasília**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm > Acesso em 22 Out de 2015.

BRASIL, Decreto n° 5.296, 2 de Dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n°s 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e da outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2004. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: 05 Dezembro de 2015.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de Junho de 2000. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Diário Oficial da União. [Legislação na Internet]. Brasília; 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm#art 112](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm#art112)>. Acesso em: 8 de Out. 2015.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 4.ed. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaoopessoascomdeficiencia.pdf>> Acesso em 19 out 2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Viver sem Limite**: Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2013. 92 p. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_0.pdf> Acesso: 2 de Novembro de 2015.

COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR), local, 2007. Disponível em: <<http://www.acessobrasil.org.br/CMS08/seo-composicao-4.htm>>. Acesso em: 06 Out. 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Qualis Periódicos**, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>> Acesso em: 15 Dez 2015.

CAVALCANTI, A. et al. Acessibilidade em transporte coletivo urbano na perspectiva dos motorista e cobradores. **Cad. Ter. Ocup**, UFSCar, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 19-24, 2013. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/726>. Acesso em: 6 Out 2015.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução n.316 de 19 de junho de 2008. Dispõe sobre a prática de Atividades de Vida Diária, de Atividades Instrumentais da Vida Diária e Tecnologia Assistiva pelo Terapeuta Ocupacional e da outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, n. 158, p. 9, 3 out. 2006. Seção1. Disponível em: <<http://www.coffito.org.br/site/index.php/home/resolucoes-coffito/389-resolucao-n-316-2006-dispoe-sobre-a-pratica-de-atividades-de-vida-diaria-de-atividades-instrumentais-da-vida-diaria-e-tecnologia-assistiva-pelo-terapeuta-ocupacional-e-da-outras-providencias.html>> Acesso em: 29 Setembro. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL da 8ª Região- CREFITO, 8ª Região. Paraná. [site] Disponível em: <http://www.crefito8.org.br/site/>. Acesso em: 3 maio 2013.

FERREIRA, E. F. et al. Avaliação da percepção sobre o ambiente de circulação: a acessibilidade centrada no usuário. **Cad. Ter. Ocup.** UFSCar, São Carlos, v. 21, n. 1, p. 25-33, 2013. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/727> Acesso: 08 Out. 2015.

GODOY, Andréa et al. Cartilha da inclusão dos direitos das pessoas com deficiência. Belo Horizonte: PUC Minas, 2000. Disponível em: http://www.oabmg.org.br/pdf/Cartilha_Inclusao.pdf > Acesso em 07 de Outubro de 2015.

GOLEGÃ, A. C. C; LUIZO, M. C. M; CARLO, M. M. R. **Terapia Ocupacional: princípios, recursos e perspectivas em reabilitação física.** São Paulo: Plexus, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>>. Acesso em: 24 out de 2015.

MENDES, K. D. S. M. et al. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008.

PELOSI, M. B. Inclusão e tecnologia assistiva. v. 1, 2. 303f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, L. M. B. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com deficiência.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência, 2012.

SALLES, et al. Acessibilidade arquitetônica interfere na usabilidade de indivíduos com mobilidade reduzida? **Rev. Ter. Ocup.** Univ. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 83-88, jan./abr.2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/viewFile/14089/15907>> Acesso em: 30 Out 2015.

SOARES, V. R. et al. A. Avaliação da acessibilidade em escolas municipais de Uberaba, MG. **Cad. Ter. Ocup**, UFSCAR, São Carlos, v. 23, n. 1, p. 63-73, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14089/15907>> Acesso em: 30 Out 2015.

VAZ, J.C; SANTORO, P. Instituto Polis. São Paulo. Cartilha Mobilidade urbana é desenvolvimento urbano! 2005. Disponível em: [site] <www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=194> Acesso em: 10 out 2015.